

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____ 2019 (Da Sra. Paula Belmonte)

Solicito a realização de Audiência Pública para discussão sobre a militarização das escolas públicas ou escolas cívico-militares no país.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 24, III c/c art. 255 do Regimento Interno, realização de reunião de Audiência Pública, nesta Comissão Permanente para expor sobre a militarização das escolas públicas ou escolas cívicos-militares, como são chamados.

Para tanto, solicito que sejam convidadas a participar dessa audiência pública as seguintes autoridades:

- 1 – Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares-SEB-MEC;
- 2 - Rafael Parente - Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal;
- 3 – Representante do Todos pela Educação;
- 4 – Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação - Consed

JUSTIFICAÇÃO

Na última semana, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), anunciou a militarização de quatro escolas públicas do DF. O decreto oficializa uma parceria entre as Secretarias de Educação e a de Segurança Pública e define as diretrizes e metas para o projeto.

Segundo o secretário de Educação do DF, Rafael Parente, caso o projeto dê bons resultados, “a ideia deve ser incorporada em outras 36 escolas do Distrito Federal”. Cada uma das unidades receberá de 20 a 25 militares que deverão integrar o quadro de servidores. O custo para a implementação da proposta em cada escola é orçado em R\$ 200 mil por ano. Essa despesa deverá ser custeada pela Secretaria de Segurança Pública.

O modelo educacional já foi implementado em alguns estados como Goiás, Bahia, Roraima e Mato Grosso e dividiu opiniões.

A proposta vai na mesma linha do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que criou uma secretaria especial de Fomento às Escolas Cívico-Militares, vinculada à Secretaria de Educação Básica. Pelo decreto nº 9.465 de 02/01/2019 que cria essa secretaria, a adesão dos estados e municípios ao modelo de educação cívico-militar será voluntária e a decisão caberá aos governos regionais.

Em 2015, O 3º Fórum Estadual de Educação de Goiás manifestou-se contrário à crescente militarização das escolas estaduais em Goiás, ferindo os princípios constitucionais de uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Em artigo publicado em 13/03/19 no jornal Zero Hora, os docentes Caroline Pacievitch e Nilton Mullet Pereira, que atuam na área de Ensino de História, na Faculdade de Educação da UFRGS, criticam os projetos de militarização das escolas públicas de ensino fundamental e médio. Para eles, o modelo chamado “cívico-militar” tolhe a expressão dos alunos e lembra “momentos angustiantes, que deixaram marcas profundas e cicatrizes ainda abertas na nossa História”.

Eles ainda argumentam que “a solução da militarização exclui das escolas a criatividade, a curiosidade, a rebeldia e, sobretudo, uma quantidade imensa de jovens, sem dúvida, vistos como “desajustados” pelo “aparelho de Estado”. Trata-se, portanto, de uma estratégia de exclusão, significa o abandono da curiosidade e da diferença, em benefício da repetição e do silêncio que, no fundo, expressam um futuro sem pesquisa e um país sem futuro”.

A meu ver, consciência é a capacidade que indivíduos ostentam de percepção imediata da própria experiência, de percepção em geral. Detemos consciência quando somos capazes de conhecer valores e aplicá-los nas diferentes situações.

Para melhor entendermos sobre a militarização das escolas públicas, denominadas escolas-cívico-militares que vem ocorrendo no país, é que solicitamos a realização desta audiência pública, e peço apoio dos nobres pares para aprovação.

Sala das Comissões, de março de 2019.

Deputada Paula Belmonte

(PPS/DF)